

Título do capítulo	CAPÍTULO 4 REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO
Autores(as)	André Rego Viana
DOI	

Título do livro	A MUDIATIZAÇÃO DO REFÚGIO NO BRASIL (2010-2018)
Organizadores(as)	André Rego Viana
Volume	1
Série	A Mudiatização do refúgio no Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1a
ISBN	978-65-5635-004-2
DOI	

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO¹

André Rego Viana²

1 INTRODUÇÃO

A caracterização de ser/estar refugiado passa pelo reconhecimento de uma situação eminentemente transitória – o reconhecimento como o estrangeiro, o não nacional corporificado no espaço do nacional; o indivíduo que se afirma como portador de uma não cidadania porque portador de uma cidadania necessariamente incompleta. Nesse jogo de sombras, os indivíduos concretos se tornam espectros de um ser imaginário, o outro, o estrangeiro, o expulso, o sem lugar. O estar refugiado é, ao mesmo tempo, a construção de uma nova situação de pertencimento a um local/espaço em que as pessoas expressam sua diferença como seres em trânsito à espera da possibilidade de voltar a uma situação anterior ou avançar para uma, também, nova situação legal por meio da nacionalização no país receptor. Essa posição em movimento contrasta com o caleidoscópio apresentado pela mídia, em que os indivíduos concretos são haitianos, sírios, venezuelanos, negros, morenos, educados, políglotas – uma sucessão de adjetivos que não definem com exatidão quem são essas pessoas.

Do ponto de vista da política pública brasileira, em que pese a sempre festejada “legislação mais moderna do mundo”,³ o que vemos é uma situação na qual os poucos que escolhem o Brasil como país de destino forcejam contra a ausência de regramentos para o atendimento da população de refugiados.⁴ Ao contrário de um debate em que se estabeleça uma política pública clara,⁵ o que vemos é o estabelecimento de regras que permitem a gestão dessas pessoas como casos de polícia – seja de forma estrita, seja na acepção de Rancière (1996b).

1. Parte da discussão deste capítulo foi publicada de forma resumida em Margalef e Viana (2019).

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

3. No caso, especialmente, as leis nº 9.474/1997 (refúgio) e 13.445/2017 (imigração).

4. Até o agravamento da crise venezuelana, o número de refugiados no Brasil era bastante pequeno, mal passando da casa de 20 mil pessoas para um conjunto que beirava os 20 milhões de pessoas no total global, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Mesmo considerando os números informalmente relatados por um oficial do ACNUR em recente visita ao Ipea, que dão conta da entrada, até setembro de 2019, de algo entre 180 mil e 190 mil venezuelanos, se calcularmos de forma aproximada um total na casa de 200 mil pessoas, isso ainda representa apenas 1% do total mundial de refugiados e menos de 0,1% da população que vive em nosso território.

5. Uma das raras vozes encontradas nas mídias estudadas reconhecendo essa deficiência foi de Marta Suplicy (2016), que afirmou que “faltam políticas públicas de integração específicas para essa população.”

Esta análise foi feita a partir do material codificado sobre mercado de trabalho e seus *subcodes* (205 artigos) e dos *codes*⁶ documentação (217 artigos) e educação (105 artigos) quando relacionados ao mercado de trabalho e abrangendo os artigos das três mídias analisadas entre 2010 e 2018 (como discutido no capítulo 1 desta publicação). Os *subcodes* mais recorrentes nos artigos sobre mercado de trabalho foram (com o número de ocorrências entre parênteses): desempregado (82), empregado (74), remunerado (53), informal (51), oportunidades (50), desvio de função (40), formal (37), empresário (31) e capacitação (25).

A leitura do material contido e selecionado pela mídia pode ser feita a partir de diferentes enfoques (como vimos nos capítulos 1 e 2 deste livro), debatidos por nossa equipe de pesquisa ao longo de diversos seminários. Parece-nos, contudo, que uma discussão que busque se aproximar da forma como a mídia influencia a construção das políticas públicas pode ser profícua se partirmos da ideia de dissenso, como apresenta Rancière (1996a; 1996b) em seus textos de filosofia política. Faz-se necessário, portanto, um parêntese teórico para a apresentação dessas ideias, para que possamos prosseguir em nosso exercício.

Jacques Rancière argumenta que o dissenso é o produtor da política, partindo da crítica “do discurso atualmente dominante, que identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo da democracia”. A tese central apresentada pelo autor é que “a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão”. No seu entendimento, a política “é antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível” (Rancière, 1996b, p. 367-368). Se juntarmos esse raciocínio à ideia gramsciana de concepção de mundo, podemos propor que a instituição do dissenso se dá no confronto das formas de concepção do mundo. Assim, a anulação do dissenso, ou seja, da possibilidade de se instituir a política nos tempos atuais, se dá com a construção da hegemonia neoliberal, calcada no individualismo por meio dos canais formadores de opinião como a mídia, as faculdades, as igrejas etc.

Debruçamo-nos, aqui, sobre como a inserção dos refugiados no mercado de trabalho brasileiro aparece nos principais veículos de mídia impressa brasileiros. Veremos, ainda, como, por vezes, lhes é dado o lugar da fala e como em outros momentos suas histórias são incorporadas a uma narrativa mais abrangente de cunho francamente ideológico, buscando construir uma concepção hegemônica sobre a sociedade para além do caso específico.

6. Muitas vezes há sobreposição dessa amostra, mas, como são textos selecionados durante a leitura, não temos como precisar o número exato de artigos utilizados.

Para entendermos isso melhor, podemos comparar a ideia de hegemonia à função da polícia, entendida como polícia por Rancière (1996b, p. 372):

o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição.

Dentro desse registro, a ação contra-hegemônica constituiria o campo da política, que o autor reserva para o

conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo, uma perturbação do sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável (Rancière, 1996b, p. 372).

Assim, é a criação de novas formas de perceber o mundo (por meio da modificação das antigas) que possibilita as ações políticas – operação, por sua vez, constantemente realizada pelos veículos de mídia.

É necessário entendermos como é definida a diferença entre polícia e política na forma aqui utilizada por Rancière (1996b, p. 41):

chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se organizam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de polícia. Sem dúvida essa designação coloca alguns problemas. A palavra polícia evoca comumente o que chamamos de baixa polícia, os golpes de cassetete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas.

Nesse sentido, ainda seguindo o autor,

a polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz com que tais corpos sejam designados por seu nome para tal e qual tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído.

Sendo que, a seguir, o autor estabelece uma inequívoca distinção, claramente antagonica à primeira.

Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagonica à primeira: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela. (...) A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (Rancière, 1996a, p. 41).

Polícia e política são, assim, um par complementar e antitético, que se encontra em processos de nomeação de mundo, o que se dá na mídia, em particular nos dias correntes. Assim, cabe-nos avaliar em que momentos a fala sobre os refugiados instaura um dissenso formador da política e quando aparece apenas como reforço do que o autor entende por *polícia*, domesticação dos corpos e adequação às regras vigentes nessa sociedade. A política pressupõe o encontro da lógica de polícia com a lógica igualitária ao explicitar a diferença entre os que têm e os que não têm direitos. Para Rancière (1996a, p. 45), “Nenhuma coisa é então por si política. Mas qualquer coisa pode vir a sê-lo se der ocasião ao encontro das duas lógicas”. Por sua vez, é muito comum que o discurso midiático se aproprie das narrativas para reforçar o *status quo* ou determinada narrativa de mundo, como veremos adiante.

Aqui nos interessa averiguar como, na constituição da narrativa por parte das mídias, aparecem nossos atores (no caso, os refugiados, mas, em alguns casos, também as organizações da sociedade civil que tentam representá-los em suas demandas por vocalização), e se essas narrativas engendram ou não a política como movimento fundador que reconfigure a norma de polícia do Estado por meio da instituição de políticas públicas. É necessário que a sociedade, o conjunto dos cidadãos, enxergue o refugiado como sujeito objetivo e entenda sua subjetivação para que ele se produza, se afirme como um outro – um outro digno de reivindicar direitos e exprimir sua diferença objetiva dentro da sociedade. Sua diferença específica é ser portador de uma demanda de fala diferenciada, que reivindica a igualdade diante dos demais seres humanos que compõem a sociedade. Não por acaso, nesse ponto se confunde a sua situação de trabalhador, negro, mulher e outras especificidades que constituem o espaço de disputa pela condição de cidadania em nossa sociedade. Rancière (1996a, p. 52) nos lembra que

um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições. (...) [Pois] uma subjetivação política é uma capacidade de produzir essas cenas polêmicas, essas cenas paradoxais que revelam as contradições de duas lógicas, ao colocar existências que são ao mesmo tempo inexistências ou inexistências que são ao mesmo tempo existências.

Nos tempos contemporâneos, quando “as formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação” (Dardot e Laval, 2016, p. 9), é crescentemente difícil construir um movimento de solidariedade que parta ou se defina a partir da condição de refugiado num país como o Brasil. Mais do que isso, as narrativas sobre a busca de emprego por parte dos refugiados

necessariamente passam pelo pano de fundo mais geral dessa sociedade e suas próprias peculiaridades.

Matérias encontradas nos próprios jornais dão conta de que o Brasil não é a terra prometida para nenhum tipo de imigrante, pois, como lembra a professora Zilda Iokoi, do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) da Universidade de São Paulo (USP), “a ideia do Brasil como acolhedor para imigrantes – independentemente do motivo que os tenha levado a imigrar – é falsa. Só se cria uma aura em torno dos imigrantes se eles têm ascensão social”⁷ ou se tornam personagens de uma fábula moral sobre o esforço individual, como a história de uma refugiada da Geórgia soviética que havia acabado de ser admitida em Harvard (box 1).

No início da década de 2010, o mercado de trabalho brasileiro ficou marcado por uma situação de resiliência à crise internacional, atraindo migrantes e refugiados em busca de emprego. Não há, no entanto, nenhum tipo de política pública de estímulo à incorporação dos refugiados ao mercado de trabalho que vá além do acesso à carteira de trabalho.⁸

A partir de 2015, a crise pressionou o mercado, e migrantes começaram a desistir do país. Essa, porém, não tende a ser a realidade dos refugiados, que não têm a opção do retorno e ainda conviveram com a alta do dólar e o aumento da dificuldade para remeter dinheiro para seus familiares.

Num dos raros esforços de quantificação sobre a situação de refugiados, o jornal *O Estado de S. Paulo* destaca que o “levantamento da Cáritas-Rio de Janeiro, que atende a 6.547 estrangeiros entre refugiados e solicitantes de refúgio, aponta que 70% dos 5.107 homens estão empregados, enquanto o índice entre as 1.440 mulheres é de 50%”.⁹ Essa informação deixa patente que a taxa de desemprego entre refugiados e solicitantes de refúgio é bem superior à média de 7,6% para o estado do Rio de Janeiro e a nacional, de 8,5%, registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015.

7. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1692699-instituicoes-qualificam-imigrante-para-mercado-mas-faltam-vagas.shtml>>.

8. O acesso ao registro formal, com carteira de trabalho, por parte dos refugiados é um aspecto da legislação brasileira que costuma ser elogiado por agências como o ACNUR, pois a regra mais geral é que refugiados sejam tratados como outros imigrantes ilegais e só tenham acesso ao trabalho em situações sem nenhum tipo de proteção. Cabe o registro, contudo, de que isso apenas iguala o refugiado ao trabalhador nacional em termos formais.

9. Disponível em: <<http://twixar.me/6JpT>>.

BOX 1

Relato de uma refugiada da Geórgia: da favela a Harvard

RESUMO – A refugiada georgiana Mariam Topeshashvili, 18, veio para o Brasil aos 4 para morar em uma favela no Rio. Seus pais, que tinham empregos qualificados na Geórgia, passaram a trabalhar como vendedor ambulante e empregada doméstica. Após a morte do pai, a estudante se envolveu com trabalho voluntário no ensino médio, além de aprender a falar cinco línguas. Hoje ela estuda com bolsa integral em Harvard.

Depoimento a Natália Portinari:

Nasci na Geórgia em 1996. Depois da queda da União Soviética [em 1991], o país acabou. Meu pai tinha um passado comunista e começou a ser perseguido. Nós entramos no Brasil como refugiados quando eu tinha 4 anos, depois de meu pai pedir asilo político para a ONU [Organização das Nações Unidas].

O diploma do meu pai em ciência política era expedido pela URSS, que não existia mais, e não foi aceito no Brasil. Minha mãe, que trabalhou por 35 anos com enfermagem, também não conseguiu continuar exercendo a profissão.

Por isso, a gente se mudou para Tabajaras, uma comunidade carente em Copacabana. Lá, meu pai virou ambulante, vendendo bebidas na praia. Minha mãe conseguiu emprego como empregada doméstica, cuidando das crianças de uma família judia.

A parte boa da minha infância é que eu sempre ia com o meu pai à praia e, quando ele não estava trabalhando, ele me contava as histórias dele e do Partido Comunista. Comecei a me apaixonar pela leitura por causa dele.

Ele vivia me dizendo como lá era diferente de uma sociedade capitalista, comparando com o que estávamos vivendo. Explicava que não era melhor ter ficado em casa, porque lá a gente não sabia se ia ter pão para o dia seguinte.

Quando eu tinha 11 anos, meu pai morreu de câncer de pulmão. Minha mãe ficou deprimida, e eu não sabia o que fazer. Foi quando me perguntei o que estava fazendo no Brasil. Eu vi o quanto foi desgastante para meu pai subir o morro todos os dias com aquela caixa enorme de bebidas.

Pensei que, se eles tinham passado por tudo isso, foi para me dar um futuro melhor, então quis dar orgulho para minha mãe e fazer valer a vida do meu pai.

Ainda no ensino fundamental, comecei a me envolver com trabalho voluntário, dando monitoria de matemática e química. Durante o ensino médio, estagiei na Petrobras, fazendo pesquisa, e trabalhei na PUC [Pontifícia Universidade Católica], na área de filosofia do direito.

Completei meus estudos de inglês cedo, com uma bolsa em uma escola de línguas. Foi então que comecei a pensar em ir estudar fora do país. Hoje, falo cinco idiomas: georgiano, que a gente falava em casa, português, inglês, francês e russo.

Além disso, participei também de olimpíadas científicas e fiz parte de um projeto na Finlândia, um acampamento de verão para jovens envolvidos com ciência. Apesar de gostar de economia e política, nunca quis abandonar as ciências exatas.

No primeiro ano, descobri que podia estudar nos Estados Unidos independentemente da minha condição financeira. Minha mãe estava com dificuldade de manter nós duas; eu poderia tentar uma bolsa numa universidade americana.

Passéi em um programa da Education USA, que acompanha o processo seletivo para ir para fora e banca todas as provas. Meu objetivo era ter o melhor rendimento acadêmico possível, mas continuei com o trabalho voluntário. Durante a escola, fiz parte de um projeto de leituras para deficientes visuais.

Passéi em sete das onze universidades a que eu me candidatei e decidi vir para Harvard, onde consegui uma bolsa integral. Meu objetivo aqui é tirar um duplo diploma, em ciência política e economia.

Querida centralizar minha pesquisa na Guerra Fria, e eles têm a maior biblioteca de arquivos secretos do bloco soviético e americano aqui. Realmente é uma coisa que me interessa, porque desde criança estou envolvida nesse assunto, que permeia tudo que aconteceu comigo e com o meu pai.

O que eu queria entender, e que me intriga, é como decisões tomadas há mais de cinquenta anos podem ainda influenciar a vida de alguém. Se você for pensar, a vida do meu pai e a minha só foram assim por causa de decisões que foram tomadas depois da Segunda Guerra [1939-1945].

É isso que eu queria responder na minha pesquisa em ciência política.

Fonte: *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://twixar.me/yJpT>>.

O ponto de partida óbvio para qualquer indivíduo que migre para um novo país é a busca de condições de sobrevivência. Nesse sentido, são raras as situações relatadas nos artigos que serviram de base a este estudo nas quais o refugiado tenha vindo para o Brasil com algum tipo de emprego minimamente apalavrado com alguém – normalmente um imigrante ou outro refugiado que havia chegado ao Brasil em momento anterior. A tônica das matérias dá conta da busca do refúgio e do emprego como prioridade dos indivíduos entrevistados.

Eletricistas, encanadores, pedreiros, pintores, professores, químicos, aeroviários, cozinheiros (muitos cozinheiros e cozinheiras de ofício, outros tantos transformados por força das circunstâncias), recepcionistas, arquitetos – a lista de profissões arrolada pelos refugiados é extensa e diversa. É comum a todas as nacionalidades a dificuldade de obter colocação por conta da falta de domínio da língua portuguesa e da necessidade da carteira de trabalho, cuja obtenção nem sempre é imediata. Para aqueles com ensino superior, ainda há a dificuldade extra de buscar ter seu diploma reconhecido pelas universidades brasileiras.

Também é diferente a forma de assimilação dos trabalhadores de acordo com sua origem nacional. Por exemplo, os sírios contam com a rede de solidariedade da colônia existente no país. Assim, não apenas recebem abrigos em mesquitas como também, segundo texto publicado pela *Folha de S.Paulo*, “outros 120 estão em casas de membros da comunidade, que também forneceram alimentos e empregos a alguns deles”.¹⁰

Neste capítulo, o nosso olhar é centrado na forma como aparecem retratados os esforços dos refugiados em sua faina, às vezes diária, em busca de um trabalho que lhes permita obter seu sustento, de suas famílias e não raro remeter algum dinheiro¹¹ para as famílias deixadas nos países de origem. Nas próximas seções, entremearmos a descrição com excertos dos jornais, buscando dar voz aos próprios atores. Os temas tratados adiante serão: *i*) as relações formais e informais de trabalho; *ii*) escravidão e situações análogas; *iii*) as inserções bem-sucedidas; *iv*) as dificuldades no reconhecimento de diplomas e a necessidade de capacitação; e *v*) o esforço individual e o empreendedorismo. Por fim, apresentaremos algumas reflexões finais sobre o material aqui coletado a partir da matriz exposta nas páginas anteriores.

2 AFINAL, TEMOS UMA REGRA?

O primeiro elemento que chama atenção numa leitura das matérias é um profundo desconhecimento sobre regras para contratação de estrangeiros. Fundamentalmente, a regra que se aplica é a mesma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não é raro encontrarmos perplexidade por parte dos empregadores: “Antes, achava que era só passar no pátio da igreja e convidá-los para trabalhar – disse o empresário João Gondim, que tem um *buffet*” (Fagundez e Gavras, 2014).

Mesmo quando existe boa vontade por parte dos empregadores, a informação que nos chega pelos jornais é que “muitos empresários ignoram as diferenças entre

10. Disponível em: <<http://twixar.me/CJpT>>.

11. “Em média, cada imigrante haitiano e boliviano manda mensalmente de US\$ 200 a US\$ 300 – de R\$ 620 a R\$ 940 [ao câmbio então vigente]. A maioria deles trabalha informalmente no comércio vendendo capas e acessórios de celular. Outros conseguem trabalhar em empresas terceirizadas de limpeza”, diz Renata Faria. Quem trabalha informalmente, nota a gerente, chega a fazer mais de uma remessa por mês, à medida que consegue acumular reais. Algumas vezes, são pequenas operações de US\$ 50.” Disponível em: <<http://twixar.me/KypT>>.

refugiados e solicitantes de refúgio, que podem ter a condição de refugiado negada e ser levados a deixar o país. Além disso, sabem pouco do que é preciso para tornar funcionário um imigrante” (Fagundez e Gavras, 2014).

Em muitos casos os empregadores agem de má-fé e se recusam a pagar direitos e registrar os trabalhadores, mesmo quando eles já são portadores de carteiras de trabalho. Em matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, um congolês, solicitante de refúgio por perseguição política e que criou uma organização não governamental (ONG) para ajudar outros imigrantes, disse: “Trabalhava com outros imigrantes, não conhecíamos as leis. Depois de três meses, precisamos ligar para um advogado para que assinassem nossas carteiras”.¹²

O interesse sempre patente é o de contratar mão de obra fragilizada por sua situação de “estrangeiro em fuga e sem opções” subjacente à ideia de refugiado. Nesse sentido, segundo Fagundez e Gavras (2014),

os empregadores são atraídos por uma mão de obra conhecida pelo comprometimento ao trabalho. No entanto, muitos desconhecem o processo de contratação de haitianos e africanos – grupos que se destacam na recente onda de imigração. Dúvidas dos estrangeiros e dificuldades de comunicação agravam esse cenário.

Para surpresa de alguns, muitos refugiados demonstram ser tão ciosos de seus direitos quanto são de seus deveres.

Os imigrantes, por sua vez, desconhecem os detalhes da legislação trabalhista. Fernandes, que diz ter estudado a migração haitiana ao Brasil, conta que eles são, por cultura, contestadores e minuciosos com o contrato. Não são raros os casos de africanos e haitianos que deixam o trabalho por perceber que o salário prometido não estava no contracheque. Eles são unidos e vigiam as condições de trabalho de compatriotas (...) (Fagundez e Gavras, 2014).

A remuneração abaixo da média do mercado de trabalho é outro tema recorrente. E os refugiados mostram plena consciência dessa situação, como atestam Fagundez e Grava (2014).

“Existe a ideia de que podemos ganhar menos. Mas o custo de vida é alto. Não podemos escolher, porque sabem que estamos desesperados”, disse o congolês Nuhu Mohammed, 37, mecânico que está desde julho no país. Os imigrantes ao redor concordaram. Dizem que os brasileiros são bem-intencionados, mas criticaram os salários oferecidos. Os valores ficam entre R\$ 900 e R\$ 1.500. (...) Entretanto, é comum que as vagas tenham remuneração abaixo da média. Os dois lados reconhecem que a dificuldade de validar certificados estrangeiros no Brasil é um obstáculo.

A falta de documentos empurra grande parte dos refugiados para o chamado mercado informal, que nada mais é que um eufemismo para as formas de trabalho à margem do registro legal, englobando tanto o trabalho por conta própria e as contratações

12. Disponível em: <<http://twixar.me/LypT>>.

sem carteira quanto as propriamente ilegais. Não há diferença de tratamento com outros pobres e necessitados. As mazelas são as mesmas de ser pobre e negro no Brasil, com o acréscimo da condição nem sempre completamente compreendida de refugiado.

As queixas incluem recusa da abertura de conta em bancos, dificuldade de obtenção de diploma de ensino médio e rejeição por empregadores após a descoberta da condição de refugiado. “Vi que ser preto da África e ainda refugiado pode ser um obstáculo”, diz um congolês que não quis ter o nome divulgado por temer represálias.¹³

Também o preconceito de raça, credo e orientação sexual permeia a integração desses imigrantes e não apenas no mercado de trabalho.

O problema não é ser estrangeiro. É porque sou preto, pobre, moro em favela. No Congo eu tinha o que comer, o que vestir. Era um garoto de classe média. Agora vivo assim [pontuava então um garoto de 15 anos] (*O Globo*, 2010, p. 21).

O apoio necessário para a obtenção de condições de empregabilidade coloca os refugiados na vala comum dos nacionais: “a falta de vagas em creches públicas – problema que também acomete as brasileiras – é outro fator que complica o ingresso das estrangeiras no mercado de trabalho”.¹⁴

3 ESCRAVIDÃO E SITUAÇÕES ANÁLOGAS

Se muitos forcejam pela assimilação no mercado formal de trabalho e sobrevivem por anos na informalidade, outros acabam envolvidos em situações desumanas – e não estamos apenas diante de situações em que se configura a escravidão aberta.

A descrição de várias situações nos dá conta da “caridade” de se arrumar, por exemplo, um trabalho doméstico para uma refugiada haitiana que “trabalhou por dois meses como doméstica sem nada receber, dormindo em colchão na cozinha. Quando reclamou com gestos, o patrão a expulsou, dando R\$ 2,25 para o ônibus”.¹⁵ A situação registrada em Manaus é uma entre diversas em que obviamente se constata situação análoga à escravidão. A atuação de organizações da sociedade, em especial as vinculadas à Igreja católica, é estratégica para evitar situações desse tipo.

O Ministério do Trabalho e Emprego acionou a Polícia Rodoviária Federal para tentar rastrear um ônibus que chegou, no começo da tarde de ontem, à sede da Pastoral do Migrante, no Glicério, centro de São Paulo, e levou cerca de vinte haitianos que estavam abrigados ali. Como os imigrantes não têm carteira de trabalho, o temor é que eles sejam submetidos a empregos em situação irregular ou equivalente à escravidão.¹⁶

13. Disponível em: <<http://twixar.me/jypT>>.

14. Disponível em: <<http://twixar.me/6JpT>>.

15. Disponível em: <<http://twixar.me/KzpT>>.

16. Disponível em: <<http://twixar.me/DzpT>>.

Em outros casos vemos retratados os percalços reais de quem se vê tragado pelo tráfico internacional de pessoas, como relatado na história da colombiana Dina Vensa, que mesmo já se encontrando no Brasil e documentada viveu a seguinte história relatada a seguir.

Em fevereiro, com a promessa de que receberia € 1 mil num emprego na Guiana Francesa, viajou com as despesas pagas pelo suposto empregador. Segundo Dina, ela foi escravizada numa casa de prostituição. Com a ajuda de uma comerciante que conheceu no Oiapoque, antes de atravessar para a Guiana, fugiu do cativo sete dias depois e voltou a São Paulo. “Fiquei cinco dias escondida na fronteira. Meu corpo guarda as marcas que essa tragédia me deixou”, diz.¹⁷

A inserção numa sociedade que ainda não se dissociou de seu passado colonial escravista acaba por gerar desafios e necessitar que os envolvidos expressem sua indignação para que se construa uma nova medida para essas relações.

Antes de vir para o Rio, mesmo sem entender uma única palavra em português, Joseph aprendeu na prática a expressão “comprar gato por lebre”. Contratado por uma empreiteira do Rio Grande do Sul, após dois meses vivendo no galpão dos imigrantes, no Acre, ele não aguentou o trabalho puxado. “Eles disseram para nós uma coisa, fizeram outra e nos tratavam como escravos. Eu não estava indo para lá para morrer, mas para trabalhar e poder garantir uma vida digna para minha família. Não posso aceitar ser tratado como bicho aqui. Acho que, por nos submetermos a morar em outro país, distante das nossas famílias e com um objetivo bem determinado, as pessoas deviam nos valorizar, em vez de fazer diminuir a nossa autoestima”, opina ele que, atualmente, trabalha na construção de uma casa no Méier.¹⁸

O esquema das fábricas que exploram mão de obra boliviana (e que não raro têm por donos bolivianos radicados na cidade há mais tempo) de forma assemelhada à escravidão em São Paulo e que vem sendo acompanhado e fiscalizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) já há décadas passou a mirar os venezuelanos.

Foram contratados por um boliviano que se ofereceu para pagar a passagem de avião entre Boa Vista e a capital paulista. Os empregadores prometeram pagar R\$ 900 mensais a Stefany e R\$ 700 ao marido por 12 horas diárias de trabalho, “com alguns pequenos descontos” pela moradia e pela comida que seriam oferecidas à família.¹⁹

17. Disponível em: <<http://twixar.me/hzpT>>.

18. Disponível em: <<http://twixar.me/bzpT>>.

19. Disponível em: <<http://twixar.me/jzpT>>.

4 AS INSERÇÕES VIRTUOSAS

4.1 Absorção pela indústria do abate halal e outras granjas

Diversas matérias dão conta da obtenção de empregos por parte de refugiados em frigoríficos especializados no abate de aves para o mercado do Oriente Médio, para o qual há regras estritas e demanda que a mão de obra seja da religião muçulmana.

Norteados pelo abate halal, esse novo fluxo migratório deu ares cosmopolitas a cidades de vocação rural. A degola de frangos exportados para países islâmicos só pode ser feita por muçulmanos, e empresas especializadas os recrutam ainda em São Paulo ou Brasília, por onde eles costumam entrar no país. O salário médio é de R\$ 1.100 por mês. A maioria trabalha para mandar dinheiro para os parentes no país de origem, mas a alta do dólar reduziu as remessas ao mínimo. Quase todos vivem em casas ou alojamentos cedidos pelas empresas contratantes.²⁰

A experiência com mão de obra estrangeira, contudo, faz com que essas empresas busquem empregados também para o abate normal.

Seus documentos estavam prontos e ele havia conseguido emprego e, talvez, uma nova vida, no Paraná [informação completada nas páginas internas da mesma edição do jornal]. Já era noite quando Jonathan Philisten recebeu uma boa notícia. Sua jornada de imigrante não documentado, morador do abrigo de refugiados, seria trocada por uma viagem de cerca de 4 mil quilômetros até a região de Maringá, no Paraná, para trabalhar em uma granja de frangos.²¹

Em outras matérias analisadas os relatos selecionados pela mídia²² repetem a regra de referência a frigoríficos no interior do Paraná empregando haitianos e muçulmanos de diversas nacionalidades (não necessariamente refugiados): “Laguerre, Dort e Saintilus chegaram ao Brasil há menos de oito meses. Laguerre é casado e trabalha na construção civil, enquanto os outros dois são colegas em um frigorífico da cidade paranaense [Cascavel]”.²³

Em Francisco Beltrão, [cidade] de 85 mil habitantes, a mesquita foi inaugurada em março de 2014. A comunidade islâmica é formada por oitenta pessoas, a maioria empregada no frigorífico da Sadia, caso de Mohammad. São oriundos ainda de Bangladesh, Paquistão, Marrocos e Somália. Também há alguns árabes e brasileiros convertidos ao islã. Também no sudoeste do estado, a cidade de Dois Vizinhos [também Sadia] tem uma comunidade de 150 pessoas vindas da Síria, Iraque,

20. Disponível em: <<http://twixar.me/YzpT>>.

21. Informações adicionais disponíveis em: <<http://twixar.me/T5pT>>.

22. Não podemos esquecer que são relatos midiáticos, isto é, que fazem parte de matérias e notícias que são produzidas nas lógicas midiáticas. Assim, mais do que relatos em si, eles são parte da narrativa midiática dos refugiados, e essa narrativa tem falas dos sujeitos “tipo relatos”.

23. Disponível em: <<http://twixar.me/L5pT>>.

Jordânia, Líbano, Guiné-Bissau, Senegal, Angola, Sudão, Moçambique, Paquistão, Afeganistão e territórios palestinos e da Caxemira.²⁴

Como contraponto, o abate halal é usado como desculpa para a imigração ilegal de muçulmanos, como a que segue, reportada pelo jornal *O Globo*.

Ao contrário dos haitianos, que estão recebendo vistos humanitários, o governo age com rigor contra o tráfico de muçulmanos. Nos últimos dias, cerca de cem deles, entre paquistaneses, indonésios e afegãos, foram deportados. Luiz Paulo Barreto disse que, para tentar burlar a polícia de fronteira, eles alegaram que pretendiam trabalhar com o abate halal, obrigação imposta a frigoríficos brasileiros que exportam carne para países árabes. “Os frigoríficos, de fato, chegaram a contratar trabalhadores especializados no abate halal, mas não os grupos que chegaram recentemente. Eles queriam apenas um pretexto para entrar”, disse Barreto, que é representante do Ministério da Justiça no Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).²⁵

Além disso, não foram encontrados registros do que ocorreu depois com esses trabalhadores nem se e/ou em que condições foram efetivamente assimilados ao mercado de trabalho brasileiro.

4.2 A cozinha, a culinária

A cozinha e a culinária acabam por ser o refúgio seguro de muitos. Restaurantes sírios (vários em São Paulo, outros tantos no Rio de Janeiro), palestinos, africanos (Marrocos, Congo), colombianos e produção doméstica para distribuição no comércio são as atividades mais comuns entre as relatadas ao longo de muitas das matérias dos jornais analisados (*O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*).

A partir do próximo domingo (10) será possível encontrar entre as opções da plataforma de entrega UberEATS dez novos restaurantes. E o que essa comida tem de mais especial é quem está por trás das panelas: são dez imigrantes, na sua maioria refugiados. Eles foram capacitados pelo projeto Raízes da Cozinha, do Migrafix, ONG voltada a refugiados. Durante pouco mais de três meses, os estrangeiros participaram de aulas de cozinha, gestão e *marketing* digital e no final foram selecionados para abrir suas contas no aplicativo.²⁶

Também numa matéria sobre restaurantes, temos os registros mais críticos sobre a condição de refugiados no Brasil. O restaurante palestino Al Janiah tornou-se centro de debate político e cultural na cidade de São Paulo, empregando atualmente 35 refugiados entre sírios, palestinos e outras nacionalidades do Oriente Médio.

O “direito de retorno” dos refugiados e de seus descendentes ao território da Cisjordânia e à Faixa de Gaza é um dos temas que perpassam várias mesas. O retorno

24. Disponível em: <<http://twixar.me/Z5pT>>.

25. Disponível em: <<http://abre.ai/aGOp>>.

26. Disponível em: <<http://abre.ai/aGOO>>.

dos refugiados encontra resistência do governo israelense e de outros países (que alegam que o “retorno” desequilibraria a relação de forças na região). Além disso, os direitos políticos dos refugiados dentro do Brasil também são debatidos por lá. “Lutamos por igualdade. Se o refugiado mora aqui, ele tem que ter o direito de se manifestar politicamente”, diz [Hasan] Zarif [dono do restaurante].²⁷

Quando do fechamento deste texto, ocorreu um atentado terrorista contra o restaurante que ao longo dos anos se tornou abrigo não apenas de refugiados, mas também de outras minorias raciais e de opção sexual.²⁸

4.3 A vantagem e a desvantagem das línguas

A busca por refugiados como trabalhadores bilíngues esbarra na falta de domínio da língua portuguesa. Haitianos e congoleses dominam o francês, não raro o inglês, além do *creole* – no caso dos haitianos –, mas geralmente não falam o português. As exceções acabam por virar professores de língua para os próprios refugiados ou participando de escolas de línguas criadas por ONGs que se dedicam a apoiar refugiados, como o Instituto de Reintegração do Refugiado (AduS).

São raros os casos como o relatado no jornal *O Globo* de 1º de setembro de 2013,²⁹ sobre a congoleza Ornela Mbenga Sebo, que acabou por se empregar como recepcionista no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

5 A BUSCA PELO RECONHECIMENTO: LÍNGUA, DIPLOMAS, REGISTROS, CAPACITAÇÃO

O relato das histórias nos traz situações distintas entre os refugiados. De um lado, analfabetos necessitados de instrução básica e capacitação; do outro lado, pessoal formado, com dificuldades para obter o reconhecimento do diploma e uma colocação profissional de acordo com sua formação. A matéria da *Folha de S.Paulo*, apresentada a seguir, explicita esse contraste.

Entre os haitianos despejados, em meio a dezenas de analfabetos, Elysee Augustin, 37, e Jean Denis Alaime, 29, aparecem como exceções. Falam inglês, francês, espanhol, português e *creole*, a língua nativa, e atuaram como intérpretes nas entrevistas da Folha com os colegas. Augustin é formado em sociologia e iniciou um mestrado em antropologia na República Dominicana, enquanto Alaime fez faculdade de engenharia industrial, também no país vizinho ao Haiti. (...) Há dez meses em São Paulo, ajuda os recém-chegados, iniciando-os no português e dando orientações sobre como regularizar a documentação e procurar trabalho. Ele disse que até já conseguiu um emprego, mas desistiu. “No Haiti, eu era sociólogo, mas aqui o máximo que consegui

27. Disponível em: <<http://abre.ai/aG03>>.

28. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPd>>.

29. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPa>>.

foi ser gerente do McDonald's", disse. Alaine também reclama. No Haiti era professor de línguas, mas no Brasil só conseguiu trabalhar como auxiliar numa empresa.³⁰

A dificuldade para obter o reconhecimento de diploma não é nova. Embora prevista em lei,³¹ falta uma regulamentação que dê agilidade a esses processos, que são função das universidades públicas federais e que, como regra, estabelecem procedimentos burocráticos que dificultam sobretudo a regularização do diploma, mesmo para os estrangeiros que tenham toda a documentação e sejam capazes de apresentar os comprovantes requeridos. As matérias dos jornais se limitam, entretanto, a constatar a existência do problema, sem propor soluções ou sugerir alternativas. Assim, estamos diante de um caso em que, claramente, a mídia não se compromete com a necessidade de instauração do dissenso. Mesmo a voz dada à Cáritas, no papel de porta-voz dos refugiados, é a de um discurso de situação, um caso de polícia, não de instauração de uma política.

Uma grande dificuldade para a recolocação de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho é a validação do diploma, no Brasil, de um curso universitário concluído em outro país. A Cáritas estima que 25% dos refugiados têm curso superior completo. Como não há uma legislação específica sobre o tema, as universidades públicas brasileiras responsáveis pela validação estabelecem suas próprias regras, em um processo que pode levar até dois anos e custar R\$ 2 mil.³²

Na ausência de diploma e registro profissional, os trabalhadores qualificados acabam por viver situações de "desvio de função", aproveitando quando possível seu conhecimento numa área para obter um emprego em área correlata e em posições inferiores, como podemos ver nos excertos seguintes.

Nour é formado em *design* de moda – desenhava vestidos de noiva na Síria. Aqui, trabalha como vendedor de roupas. O caso é parecido com o de Ahmad Almazloum, formado em engenharia biomédica e com mestrado em inteligência artificial, hoje trabalhando como estoquista de uma fábrica no Brás.³³

Alguns entre os mais qualificados acabam por assumir funções nas próprias entidades que fazem o atendimento, como facilitadores e tradutores. Muitas vezes o emprego surge na forma de professor ou no atendimento a outros estrangeiros.

A tradutora congoleza Mireille Mulanga, de 37 anos, conhece os dois lados da adaptação de uma refugiada. Chegou ao Brasil em setembro de 2014 e, apesar de saber seis idiomas, não falava uma palavra de português. (...) Formada em relações internacionais em seu país natal, ela agora trabalha como tradutora na Cáritas do Rio

30. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPg>>.

31. A Lei nº 9.474/1997 prevê em seu art. 44 que "o reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados" (Brasil, 1997). Não há, contudo, regulamentação dessa lei, e cada instituição de ensino aplica sua própria regra.

32. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPi>>.

33. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPk>>.

de Janeiro e continua acompanhando o difícil processo de adaptação das mulheres que chegam ao Brasil. (...) “Fui a muitas empresas, mas ninguém me dava essa oportunidade. Eu sofri, porque em várias empresas diziam: ‘Você não fala português’. É justamente a barreira do idioma que dificulta a entrada da mulher refugiada no setor de serviços, que teria maior capacidade de empregá-las.”³⁴

Ou:

Desde que chegou a São Paulo há quatro anos, o refugiado da República Democrática do Congo Alphonse Nyembo passou por dificuldades. No início, para ganhar a vida, tentava vender celulares e *videogames* usados. Atualmente desempregado, no último ano tem sobrevivido com uma renda de R\$ 1 mil que recebe das aulas de inglês ministradas na ONG Abraço Cultural. Formado em mecatrônica, ele acredita que agora tem a oportunidade de realizar seu maior sonho e conseguir uma vaga como mecânico industrial.³⁵

A situação de emprego precário e a alta rotatividade são as mesmas em todas as profissões.

Formada em sociologia e antropologia e com pós-graduação em *marketing*, a camaronesa Nyukang Mirabel Bejacha, 33, acompanhou o avanço da crise nos doze meses em que passou a viver no Brasil. Na primeira entrevista que deu à Folha, em outubro de 2014, estava na fila para uma entrevista de emprego. Naquele dia, havia dezenas de empregadores interessados na mão de obra estrangeira, e Mirabel foi trabalhar em um *buffet* em Santo André, na Grande São Paulo. Pegou suas malas e foi morar no restaurante. Demitiu-se dois meses depois porque o pagamento era menor do que o combinado. Desde então, foi vendedora de comida na rua, doméstica e hoje faz bicos no salão de beleza de uma africana. (...) Mesmo decepcionada, espera que a recessão seja passageira. “Tenho esperança. Todo país tem um período de crise, muitos estão passando por isso.”³⁶

A própria chamada da matéria mostra a demora que os conselhos profissionais tendem a impor àqueles que buscam a autorização para exercer suas profissões. Apenas em 2017 ocorreu o caso de um refugiado obter o primeiro registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) do Rio de Janeiro como arquiteto.

O sírio Mohamed Najjar acaba de receber, do Crea, o primeiro registro profissional para um refugiado atuar como arquiteto no Brasil. Mohamed, que fez mestrado em Londres, fugiu do seu país quando uma bomba explodiu a cem metros de seu escritório e veio para o Rio, onde mora com a mulher e três filhos, um deles nascido aqui.³⁷

34. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPA>>.

35. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPI>>.

36. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPI>>.

37. Disponível em: <<http://abre.ai/aGPS>>.

Se de um lado há uma enorme dificuldade para obter o reconhecimento dos diplomas, às vezes de pós-graduação, de outro também há uma massa de trabalhadores sem nenhuma qualificação entre os refugiados atendidos pelas diversas instituições retratadas. Em muitos programas, os refugiados participam ombro a ombro com outros necessitados do próprio país.

A mais nova iniciativa filantrópica do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) tem como meta a capacitação profissional e a captação de vagas no mercado de trabalho para pessoas em situação de rua. De início, oferecerá oficinas de capacitação para 250 moradores de rua, pré-selecionados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Na assinatura do acordo, firmado no final de agosto, um dos depoimentos mais emocionantes veio de Heliano Ferreira, refugiado guianense, que, antes de conseguir emprego como leiturista da AES Eletropaulo, foi acolhido pelo Arsenal da Esperança, instituição parceira do CIEE que acolhe diariamente 1,2 mil homens moradores de rua, na capital paulista.

A constatação é que programas e políticas públicas, e mesmo parte das ações caritativas, são elaboradas para o atendimento das populações necessitadas, nas quais são eventualmente incluídos os refugiados e demais estrangeiros, sendo a exceção os cursos de língua portuguesa.

O CIEE também ministra cursos de língua portuguesa a refugiados estrangeiros, para familiarizá-los com a cultura brasileira e ampliar suas possibilidades de atuação profissional, em parcerias firmadas com a Missão Paz e a Caritas Arquidiocesana de São Paulo (*O Estado de S.Paulo*, 22/10/2014).

Não por acaso, as ONGs e organizações religiosas que recebem os refugiados se planejam para dar a formação mínima na língua portuguesa,³⁸ e ONGs se juntam ao Estado para viabilizar formações que gerem um mínimo de empregabilidade, como descrito na edição de 5 de dezembro de 2015 do jornal *O Globo*, que dá conta de um curso de formação em culinária.

A busca por vagas na universidade, seja para novos cursos, seja para completar os que já vinham sendo feitos, também deixa patente a falta de uma política pública para esse segmento da população.

Seu maior drama são os estudos. Aluno de engenharia na Universidade de Damasco, ele perdeu todos os documentos após atentados ao prédio. Em Niterói, encontra dificuldades para retomar o curso ou escolher outra carreira. O alto custo das universidades particulares e a falta de uma política especial na Universidade Federal Fluminense (UFF) impedem o jovem de realizar seu sonho.³⁹

38. Por exemplo, a Cáritas/Rio de Janeiro, como descrito em *O Globo*, de 5 de agosto de 2015, ou o Adus, como mencionado numa edição de *O Globo* de 2013.

39. Disponível em: <<http://twixar.me/fVpT>>.

6 ELOGIO AO ESFORÇO INDIVIDUAL E AO EMPREENDEDORISMO

Um elemento muito comum nas matérias é a escolha de pequenos casos exemplares em que um indivíduo mais abnegado é apresentado como exemplo a ser seguido.

Lovensky Barthelemy, haitiano de 36 anos que trabalhava como mecânico e motorista no país natal e que estava em São Paulo há oito meses (em junho de 2011). “Não tinha jeito de continuar lá. O Brasil e São Paulo são o caminho para reconstruir a minha vida”, diz. Ele agora atua como ajudante em uma obra próxima da Paulista, mas tem a expectativa de ser promovido a encanador.⁴⁰

As notas, invariavelmente otimistas, dão conta de um futuro melhor como recompensa do esforço individual, e ao mesmo tempo culpabilizam as vítimas da situação que não conseguem “dar certo” por “falta de esforço”.

O palestino Mazen Zwawe, de 29 anos, envia todos os meses US\$ 100 aos pais, que moram na Síria. Foi também com US\$ 100 no bolso que ele chegou ao Brasil, há quase quatro anos, como refugiado. “A minha família é palestina, mas meus avós se mudaram para a Síria, porque era mais seguro na época. Lá, trabalhei em hotéis e tive um restaurante por três anos, até ser bombardeado.” Quando veio para o Brasil, ele juntou o que ganhou vendendo água mineral em semáforos em São Paulo para montar uma barraca de comida árabe. “No começo, foi bem difícil. Não tinha nenhum conhecido e tive de começar do zero. A vontade de fazer a minha vida aqui dar certo era tanta que aprendi português sozinho. Logo depois, veio a crise, mas não me arrependo de ter vindo.” O dinheiro que ele envia para a família na Síria é uma parte do que sobra das vendas do estande que montou este ano, com um galpão gastronômico na Vila Madalena. Ele também faz pratos sob encomenda, para festas, e planeja abrir um restaurante em São Paulo, para poder trazer os pais para o Brasil. “O Brasil era minha chance de recomeçar. E da minha família também. O dinheiro que eu mando para os meus pais é pouco, mas ajuda a sobreviver.”⁴¹

Além do elogio ao empreendedorismo, as críticas contra a burocracia e outros entraves para os negócios no país também aparecem nas matérias.

A maioria dos sírios que está em Guarulhos é de classe média. No entanto, muitos deles gastaram toda a sua poupança para chegar ao Brasil. Entre eles, estão médicos, advogados, universitários e empresários, como Hasan Balaa, 53, que tinha uma agência de turismo em Damasco. Com o início do conflito, a demanda pelos serviços diminuiu, e ele teve suas quatro vans roubadas pelos rebeldes e por milícias leais ao regime, conhecidas como *shabbiha*. Em março de 2012, ele e a mulher decidiram ir ao Egito. No ano passado, voltou à Síria e encontrou destruída uma fazenda de oliveiras que tinha perto de Damasco. Ele foi impedido de voltar ao Cairo e, então, tentou duas vezes entrar na Europa em embarcações improvisadas. As tentativas – para as quais pagou US\$ 4.580 (R\$ 10.160) a coiotes – fracassaram. Por fim, ele pediu visto

40. Disponível em: <<http://twixar.me/1VpT>>.

41. Disponível em: <<http://twixar.me/mVpT>>.

ao Brasil. O empresário diz que quer ter um negócio no país. No entanto, reclama de um novo inimigo: a burocracia.⁴²

Em outro exemplo, a refugiada Baraa Abalehameal, de 32 anos, é usada como exemplo de “empreendedor social de futuro”.

Sou palestina, formada em literatura inglesa, divorciada e tenho uma filha de 8 anos. Vim do Egito há um ano e meio, para onde fui após a guerra civil na Síria. Em 2012, depois que o conflito começou, a empresa onde eu trabalhava fechou. Pouco tempo depois, meu apartamento foi destruído por uma bomba. Saí de casa só duas horas antes. Não pudemos ficar no Egito, passamos por vários consulados até conseguir vir para o Brasil. Precisamos estabilizar a vida novamente. Tenho sorte de trabalhar na 4You2. Aqui, quero dar informação sobre o mundo e ensinar os meninos a falar inglês. Um dia, eles vão usar isso, porque aprender mais de uma língua é preciso em um mundo globalizado (*Folha de S.Paulo*, 19/11/2015).

7 REFLEXÕES FINAIS

Vimos, ao longo dos diferentes tópicos que compõem esse caleidoscópio que constitui a inserção dos refugiados no mercado de trabalho brasileiro, que a principal característica da cobertura dada pela imprensa é deixar patente, e em muitos casos reforçar, que, como regra, não há diferenciação substantiva no tratamento dado aos refugiados recebidos no Brasil frente à forma como a mão de obra local é tratada. Não se vê diferença entre o discurso sobre os refugiados nos anos da década de 2010 daquele com que foram tratados os nordestinos na arribação para o Sul maravilha, processada no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

O que se vê é um discurso que iguala por baixo indivíduos que, para além de se constituírem em novos retirantes, têm desafios diferentes dos enfrentados pelos migrantes dentro do próprio país, pois são oriundos de culturas ainda mais contrastantes do que as dadas por nossas diferenças regionais e, em geral, não dominam a língua, nem conhecem a legislação local.

Mesmo aqueles com formação superior, quando não se encaixam como exemplos virtuosos, tendem a ter sua história pretérita anulada ou reduzida por causa do não reconhecimento dos seus diplomas e das dificuldades de acesso à educação superior. Como regra, suas falas aparecem como ruído e seus problemas são tratados como caso de polícia – da mesma polícia que afeta a população trabalhadora nacional.

Quando lhes é dada a fala, ela muitas vezes é interposta pelo ACNUR ou pelas ONGs que os acolhem, em especial as Cáritas, que exercitam sua *advocacy* numa defesa que ao mesmo tempo trata de anular as demandas específicas dos indivíduos.

42. Disponível em: <<http://twixar.me/dVpT>>.

Os “exemplos virtuosos”, por sua vez, são cuidadosamente escolhidos pela mídia e tendem a ser usados para promover uma visão de mundo em que o empreendedorismo é visto como a grande solução dos males sociais, ao mesmo tempo que se fornece uma forma de culpar as vítimas de uma situação por si só já traumática, como se fossem responsáveis pela sua falta de iniciativa ou de propensão a empreender. A política é exercida, nesse sentido, em defesa de uma concepção de mundo que não é necessariamente aquela defendida pelos atores envolvidos.

Seguimos, assim, na situação em que a política pública desenhada é a de assimilação desses indivíduos à força de trabalho local, sem que se estabeleçam regras para além da emissão da carteira de trabalho. As entidades filantrópicas continuam sendo mais importantes para a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro do que qualquer agência pública, e a forma como essa descrição aparece na imprensa tende mais a reforçar o modelo adotado do que a questioná-lo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, p. 15822, 23 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm>.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a ordem neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAGUNDEZ, I.; GAVRAS, D. Diferença cultural é obstáculo para patrão. **Folha de S.Paulo**, 12 out. 2014. Disponível em: <<http://twixar.me/wypT>>.

MARGALEF, D. M. D. S.; VIANA, A. R. A midiatização das migrações internacionais e do refúgio no Brasil entre 2007 e 2018. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2019.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. O dissenso. *In*: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

SUPLICY, M. Molenbeek. **Folha de S.Paulo**, 1 abr. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/martasuplicy/2016/04/1756249-molenbeek.shtml>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONIN, J.; SAGGIN, L. Reflexões teóricas para pensar as relações entre mídias, identidades culturais, movimentos sociais e cidadania. **Lumina**, v. 10, n. 1, abr. 2016.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 6 v.

STASIAK, D. Sociedade midiaticizada: as afetações do campo dos *media* na contemporaneidade. **Comunicação e Informação**, v. 12, n. 2, p. 75-88, jul./dez. 2009.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. **Diálogos de la Comunicación**, n. 48, p. 10-17, 1997.

_____. Mediatization theory: a semio-anthropological perspective and some of its consequences. **MATRIZES**, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19>>.